

PROCESSO - A. I. Nº 1189730008/09-0
RECORRENTE - A PROVIDORA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. (A PROVIDORA MÓVEIS)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JJF nº 0210-02/10
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 18/05/2011

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL
ACORDÃO CJF Nº 0105-11/11

EMENTA: ICMS. LIVROS FISCAIS. LIVRO RUDFTO. FALTA DE ANOTAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO CÓDIGO DAS MERCADORIAS. MULTA. O autuado não discorda de ter efetuado alterações nos códigos dos produtos, contudo não apresenta o livro RUDFTO com as anotações das aludidas modificações, razão pela qual foi confirmada a infração, inclusive, com aplicação para cada código modificado, como determina expressamente o dispositivo legal da multa aplicada. Ficou demonstrada a pertinência da multa. Infração subsistente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Versam os autos de Recurso Voluntário interposto em face do acórdão em referência que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração lavrado em 09/12/2009, para exigir o descumprimento de obrigação principal, relativo ao ICMS, bem como descumprimento de obrigação acessória, destinando –se a súplica recursal apenas à primeira infração, no valor de R\$ 6.900,00, conforme abaixo transcrita:

INFRAÇÃO 1 – deixou de anotar no RUDFTO a data de alteração do código de mercadoria ou serviço, ou o código anterior ou o novo código utilizado. Multa de R\$6.900,00;

A lide administrativa foi decidida pela instância de piso mediante os fundamentos seguintes, *verbis*”:

“O lançamento de ofício traz a imputação por descumprimento da obrigação acessória por deixar de anotar no RUDFTO a data de alteração do código de mercadoria ou serviço, ou o código anterior ou o novo código utilizado; Infração 02 – recolheu a menos o ICMS, em decorrência de desconhecimento entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no Livro Registro de Apuração do ICMS.

Com fulcro no art. 147, inciso I, “a” e inciso II “a” e “b” do RPAF/99, indefiro a solicitação de diligência genericamente solicitada, pois os elementos existentes no processo são suficientes para a formação do convencimento dos julgadores, a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnicos, além de não serem necessárias outras provas a serem produzidas.

Verifico, quanto à infração 01, que o autuante demonstra claramente que o autuado efetuou modificações nos códigos dos aludidos 09 produtos, por ele relacionados, contudo, não efetuou as anotações das alterações no RUDFTO- Livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência - RUDFTO, obrigação acessória, cuja penalidade pelo seu descumprimento encontra-se prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “e”, item 1, subitem 1.2, da Lei 7.014/96. O autuado não discorda de ter efetuado alterações nos códigos dos produtos, contudo, não apresenta o Livro RUDFTO com as anotações das aludidas modificações, razão pela qual considero confirmada a infração, inclusive, com aplicação para cada código modificado, como determina expressamente o dispositivo legal da multa aplicada. Infração subsistente.

Em relação à infração 02 o autuado demonstra e é corretamente acolhido pelo autuante, que não existem valores a serem exigidos nos exercícios de: 2004, demonstrativos de fls. 242 e 243, exercício 2005 fls. 244 e 245, exercício de 2007, fls. 247 e 248.

Quanto aos exercícios de 2006, fls. 246 e 247 e 2008, restaram, respectivamente, valores a serem exigidos no exercício de 2006, ocorrência de janeiro no valor de R\$ 1.440,13 e fevereiro R\$2.409,74, totalizando o exercício de 2006 em R\$ 3.849,87. Já para o exercício de 2008 restou a exigência no valor de R\$ 142,63 no mês de maio.

Conforme relatado o impugnante foi cientificado da informação fiscal com os respectivos demonstrativos, com reabertura do prazo de 10 dias, não mais se manifestando nos autos.

Diante do exposto voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.”

Irresignado, o sujeito passivo às fls. 276/278 apresentou sucintas razões recursais, insurgindo-se em face da primeira infração relativa à penalidade que lhe foi imposta por descumprimento de

obrigação acessória, o que não negou, mas, arguiu, essencialmente, que a autuação lastreou-se numa suposta divergência de códigos de mercadorias, por ter o autuante entendido que o contribuinte não anotou no RUDFTO quando procedeu à alteração do código da mercadoria ou aquele anteriormente utilizado ou o novo utilizado, e assim considerou infringido o art. 824, § 2º do RICMS/BA e por isso lhe impôs multa de R\$ 1.380,00 para cada código alterado. Requereu, nessa senda, a revisão do lançamento fiscal.

Arrematou afirmando que, conforme o demonstrativo ali anexado, acompanhado de notas fiscais, que o fiscal pretendeu que fosse utilizado o mesmo código para produtos diferentes, citando alguns exemplos, como Mesa Capri cor Mogno e outra cor Marfim; e que, assim, NUNCA se justifica a imposição de uma multa absurda e ilegal, e que deve ser o auto infracional julgado improcedente.

Remetidos os autos à d. PGE/PROFIS, foi proferido o Parecer de fl. 285, no qual se concluiu que a infração restou caracterizada pelo descumprimento de obrigação acessória e que a multa aplicada é aquela do art. 42, inciso XIII-A, alínea “e”, item 1, subitem 1.2, da Lei nº 7.014/96, pronunciando-se pelo Improvimento do apelo do contribuinte.

VOTO

O Recurso Voluntário destina-se tão-somente à revisão, por este Colegiado, quanto à infração 01, sobre a qual o autuante, em seus esclarecimentos fiscais de fls. 235/240, ali comentou, detalhadamente, cada produto, evidenciando que contribuinte ao descumprir a obrigação acessória prevista no art. 824-F do RICMS/BA, agiu prejudicando o serviço de fiscalização na medida em que dificultou ou trouxe transtorno, já que auditoria é realizada eletronicamente através do sistema integrado de dados, mediante o SAFIS, que é um programa específico da SEFAZ que demanda a descrição básica padronizada para cada produto e seus respectivos códigos.

Constato que, dessa informação fiscal o sujeito passivo, embora intimado para se manifestar, nada arguiu, anuindo.

Sendo assim, e tendo o recorrente descumprido a obrigação acessória que sobre si, necessariamente, recaía, não tendo procedido o registro no RUDFTO quando fez a alteração do código dos produtos, rendeu ensejo a aplicação da penalidade prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “e”, item 1, subitem 1.2, da Lei nº 7.014/96, como decidido corretamente pela JJF.

A infração está caracterizada, motivo pelo qual mantenho a Decisão de primeiro grau.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARATE** o Auto de Infração nº **118973.0008/09-0**, lavrado contra **A PROVIDORA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. (A PROVIDORA MÓVEIS)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.992,50** acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “b” da Lei 7014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$6.900,00**, prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “e”, item 1, subitem 1.2, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei nº 9837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de abril de 2011.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

ALESSANDRA BRANDÃO BARBOSA – RELATORA

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA – REPR. DA PGE/PROFIS